

## PROVA DO RECEBIMENTO DA MERCADORIA

INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO — NOTA PROMISSÓRIA ASSINADA EM BRANCO -  
INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA

## EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ....ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE .... (qualificação), residente e domiciliada nesta Capital, na Rua .... nº ....., portadora da Cédula de Identidade/RG nº ....., por seus advogados adiante assinados, instrumento procuratório incluso, com escritório profissional na Rua .... nº ....., onde recebem intimações, vem respeitosamente à presença Vossa Excelência, apresentar EMBARGOS DO DEVEDOR, em face de .... (qualificação), residente e domiciliado nesta Capital, na Rua .... nº ....., Bairro .... este na qualidade de embargado, na forma da lei, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos: O embargado pleiteia receber da embargante a importância de R\$ .... (...), alegando ser o débito oriundo de transações comerciais que entabulara com a embargante. Porém, Excelência, a embargante JAMAIS efetuou com o embargado qualquer negócio. O que ocorre é que as partes foram casadas por .... anos, conforme se verifica da cópia da certidão de casamento e da sentença de separação (docs. nºs. .... e ....). Durante este convívio matrimonial, o embargado sempre se portou como um mau pai de família, esquecendo-se de suas obrigações, o que fez com que a embargante tivesse de trabalhar fora de casa para poder prover a manutenção de suas .... filhas (certidões de nascimento inclusas - docs. nº. .... e ....). Assim, era a embargante quem alimentava, e patrocinava a educação das infantas. Através deste procedimento, e devido sua sempre precária situação financeira, a Embargante se via obrigada a fazer compras a crédito de calçados, materiais escolares, roupas, enfim, tudo o que as crianças necessitavam. E dentre estas aquisições feitas pela embargante, houve uma compra de calçados de um viajante realizado no salão de beleza onde a mesma trabalha, sendo que ao adquirir o produto entregou ao vendedor uma Nota Promissória em branco, que o mesmo lhe devolveu no término do pagamento da compra. Na sua simplicidade, e talvez por falta de maiores cuidados para com os papéis, a embargante ao receber de volta o título em branco, só com sua assinatura, não o destruiu e colocou-o em uma gaveta de um móvel da residência que o casal mantinha. O embargado descobrindo este título guardou-o para si, preencheu-o da forma como queria e hoje pretende tirar proveito do mesmo. Porém, Excelência, incorreu em erro o "pseudocredor" ao colocar a data da emissão do título como ....., pois nesta ocasião as partes já estavam separadas (e já há .... meses), e a embargante já não se chamava mais ....., e sim ....., como se verifica da cópia do termo de acordo da separação (doc. nº .....), o que quer dizer que a partir da separação, a embargante não fez negócio algum com o ex-marido, e nos negócios que fez, usou o seu nome de solteira. Daí, concluir-se que, o crédito que o embargado pretende cobrar não é oriundo de dívida líquida e certa, como a lei exige, pois nunca houve dívida entre as partes. Por todo exposto, constata-se a frieza e má-fé no "modus agendi" do embargado, não lhe assistindo, destarte, razões para pleitear em Juízo o pagamento da mencionada Nota Promissória. ISTO POSTO, requer digno-se Vossa Excelência a receber os embargos, intimando-se o embargado para a impugnação estatuída no art. 740 e seu parágrafo único do estatuto processual civil, para responder, querendo, prosseguindo-se até final sentença para o fim de decretar a extinção do processo de execução, julgando-se procedente os presentes embargos com a conseqüente desconstituição do título executivo extrajudicial, condenando o embargado ao pagamento de custas e honorários advocatícios. Indica como prova: depoimento pessoal do embargado, oitiva de testemunhas a serem arroladas oportunamente e juntada de documentos, que se fizerem necessários. Valor dos embargos: R\$ .... (...). Termos em que p. deferimento. ...., .... de .... de .... Advogado